

# Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACION



## CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL NO SETOR DE TURISMO EM GOIÁS

Carla Conti de Freitas

Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, Brasil. Professora da Universidade Estadual de Goiás, Brasil.

E-mail: [carlacontif@gmail.com](mailto:carlacontif@gmail.com)

Yara Fonseca de Oliveira e Silva

Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás, Brasil. Professora da Universidade Estadual de Goiás, Brasil.

E-mail: [yarafonsecas@hotmail.com](mailto:yarafonsecas@hotmail.com)

### Resumo

O artigo tem como tema central a geração do conhecimento no setor de turismo em Goiás, considerando o indivíduo e a sua formação como centrais nessa discussão. O segmento de turismo tem tido destaque no cenário nacional, assim busca-se aqui analisar em que medida a capacitação oferecida pelos Cursos Superiores de Tecnologia em Turismo no Estado de Goiás gera conhecimento que se traduz em inovação e capacidade empreendedora nas empresas locais. Os pressupostos teóricos considerados são os da economia do conhecimento e a abordagem dos Sistemas de Inovação. As conclusões parciais dessa pesquisa, que se encontra em andamento, revelam que a geração de conhecimento e inovação nas empresas são tarefas importantes para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Conhecimento. Capacitação. Tecnologia. Turismo.

## 1 INTRODUÇÃO

A geração de conhecimento é o tema central deste artigo. As diferentes áreas do conhecimento se propõem a conceituar o conhecimento e, destacando seu aspecto metalinguístico, o conhecimento é, ao mesmo tempo, objeto e o produto da investigação científica. Não há como falar de conhecimento sem considerar o lugar onde ele se materializa e, realmente, existe, o indivíduo.

Os diversos conceitos de conhecimento se convergem para indivíduo, para o ser humano e as contribuições das diversas áreas de conhecimento comprovam como é complexa a relação entre conhecimento e a realidade na qual este indivíduo se encontra e

age. Assim, antes de considerar a geração do conhecimento como elemento de desenvolvimento da empresa, é preciso compreendê-lo como elemento de desenvolvimento do próprio indivíduo.

Para Nonaka (1997, p. 15), “o conhecimento é mutável e pode assumir vários aspectos em diferentes organizações” e estes aspectos se referem ao fato de o conhecimento ser explícito ou tácito. Para o autor, nesse último, “a característica de mutabilidade e de especificidade em relação ao contexto é o que o transforma em ferramenta poderosa para a inovação” (NONAKA, 2001, p. 15).

A valorização do conhecimento tácito para a geração de conhecimento reitera a importância do indivíduo e destaca, também, o caráter social do processo de geração de conhecimento, exigindo dos indivíduos o desenvolvimento de habilidades pessoais e interpessoais. Desta forma, “há que insistir fortemente na utilidade de um conhecimento que possa servir à reflexão, meditação, discussão, incorporação por todos, cada um no seu saber, na sua experiência, na sua vida”, como destaca Morin (2010, p. 30).

Diante disso, na atualidade, o conhecimento é uma ferramenta importante para o processo de desenvolvimento local, para tanto é preciso identificar os tipos de conhecimento e sua forma de criação. Segundo Gibbons et al. (1994), criar conhecimento sem propósito de resultado definido, englobando apenas uma área do conhecimento, é hoje insuficiente para atender a demanda técnico-científica das empresas e da sociedade. Nesse sentido, a criação do conhecimento necessita de uma interação entre as diversas áreas de conhecimento e atores, de forma complexa e multidisciplinar. Mas um conhecimento não invalida o outro, pois consiste na criação do conhecimento a partir da necessidade deste para resolução de um problema, ou seja, há um contexto e uma aplicação para o conhecimento que será criado.

Eleger o conhecimento ou, mais especificamente, a geração de conhecimento como tema deste artigo é considerar que o indivíduo está no centro das discussões e que o seu contexto define as suas necessidades e, conseqüentemente, as suas ações. Para tanto, é preciso compreender o contexto de uma economia globalizada e em uma sociedade de avanços tecnológico crescente em que o conhecimento é importante para o desenvolvimento e, para gerar conhecimento e capacitar o indivíduo, a universidade é chamada a revisar seu papel enquanto instituição que contribui para a criação da riqueza de um estado.

A sociedade ao se desenvolver institui mudanças no campo econômico e define novos padrões de relações sociais e políticas dentro de cada país. O processo de globalização e seus impactos nos países em desenvolvimento, como o Brasil, provocam uma nova ordem e a criação de instituições para acompanhar a lógica da produção econômica.

Neste sentido, este artigo, apresenta parte de uma pesquisa que tem como objeto central a geração de conhecimento no setor de turismo em Goiás e considera como se dá a relação universidade e empresa, no que diz respeito à criação de conhecimento no setor.

O segmento de turismo no Estado de Goiás, de acordo com o Plano Estadual de Turismo – PET (2007, p. 3), “já gera e distribui riquezas em Goiás, [...] o Estado ocupa 9ª posição no *ranking* nacional, com melhores resultados para o setor de serviços, grande gerador de empregos”. De fato, o Estado de Goiás tem se destacado em cenário nacional no que diz respeito ao segmento de turismo por sua beleza e riqueza com destaque para as questões culturais, rurais, de lazer, de negócios e de ecoturismo.

Por isso, serão consideradas questões relativas ao conhecimento relacionado à gestão do turismo e de hotelaria, embora o segmento de turismo seja entendido, de acordo com Takasaca (2008, p. 309),

como o conjunto de doze subsetores ou atividades, a saber: restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação; serviços recreativos, culturais e esportivos; transporte rodoviário regular de passageiros; transporte aéreo regular; estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário; transporte rodoviário não regular de passageiros; agências de viagens e organizadores de viagens; transporte aéreo não regular; atividades auxiliares ao transporte terrestre; atividades auxiliares ao transporte aéreo; aluguel de automóveis e outros meios de transporte; transporte regular próprio para exploração de pontos turísticos.

A partir desta breve discussão sobre o turismo no Estado de Goiás, entende-se que a importância deste estudo está relacionada à necessidade de, a partir da realidade do Estado, apresentar e analisar como se dá a qualificação profissional no setor de turismo e suas implicações econômicas, sociais, ambientais e culturais, avaliando, também, se os cursos para a formação do profissional do setor em nível superior tecnológico contribuem para a geração de conhecimento e atendem as demandas das empresas deste setor no Estado.

Para isso, consideram-se as seguintes questões: de que modo a qualificação profissional prepara os indivíduos para serem capazes de gerar conhecimento? Em que medida os Cursos Superiores de Tecnologia em Turismo estão, de fato, visando atender as demandas locais? E destaca-se que o objetivo maior é investigar a geração de conhecimento no setor de serviços, em especial, o de turismo, considerando a qualificação profissional a partir dos Cursos Superiores de Tecnologia em Turismo no Estado de Goiás. E, com isso, busca-se analisar em que medida a capacitação oferecida pelos Cursos Superiores de Tecnologia em Turismo no Estado de Goiás gera conhecimento que se traduz em inovação e capacidade empreendedora nos empreendimentos hoteleiros locais.

Nesse sentido, especificamente, objetiva-se, identificar as instituições de ensino superior que oferecem o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo e Hotelaria e, a partir da análise dos currículos, identificar se há uma capacitação empreendedora; analisar se os cursos, em seus currículos, consideram as demandas locais; analisar a contribuição dos Cursos Superiores de Tecnologia em Turismo para a qualificação profissional no setor de turismo em Goiás.

Este estudo considera os pressupostos teóricos da economia do conhecimento (NONAKA, 1997; CASSIOLATO, 2010; LASTRES, 2009; VELLOSO, 2005; KROGH, 2001) e a abordagem dos Sistemas de Inovação (LUNDVALL, 2002; ROSENBERG; NELSON, 1994; MOWERY; SAMPAT, 2005), que compreendem a universidade como formadora de recursos humanos qualificados e parceira das empresas para a inovação. Neste sentido, discute-se a importância do conhecimento para o desenvolvimento das empresas e como se dá a criação do conhecimento pelos trabalhadores do setor de turismo e busca-se compreender as capacidades necessárias a este profissional, no que diz respeito à inovação em empresas de serviços, relacionando o processo de qualificação em Cursos Superiores de Tecnologia em Turismo e em empresas.

Torna-se necessária, a partir daí, a compreensão das Políticas Públicas relacionadas à qualificação profissional e, desta maneira, entende-se que, dada a abrangência das políticas públicas envolvidas neste estudo, serão considerados os aspectos relacionados à qualificação profissional e à geração de conhecimento, considerando a relação entre as instituições de ensino superior e as empresas do setor de turismo em uma região do Estado de Goiás.

As políticas públicas consideradas neste estudo são as políticas para o setor de serviços, para a Educação Superior, especialmente para o Ensino Tecnológico, e para o setor de turismo, considerando o que cada uma apresenta quanto à qualificação profissional e a relação desta com o processo de geração de conhecimento e inovação em serviços.

## 2 CONTEXTO CAPITALISTA E PRODUTIVIDADE: O PAPEL DA UNIVERSIDADE PARA A PROMOÇÃO DE TRABALHADORES

A corrida pela produtividade está relacionada a quanto cada um de nós consegue produzir. Se o modo de produção capitalista tem como condição inerente a desigualdade entre as classes e a necessidade de sua expansão para o desenvolvimento da produção e de sua conseqüente lucratividade, o custo da produtividade aumenta com o investimento em tecnologia e a inovação dos produtos, o que significa que, para assegurar os valores de troca, cria valores de uso, como produtos supérfluos, menos duráveis e que tenham consumidores distintos, ou seja, o produto é utilizado para a manutenção de reconhecimento social do consumidor, a chamada “obsolescência estética”, ou ainda, a manutenção da vida útil de cada produto, evitando uma durabilidade prolongada e forçando a reposição periódica, estratégia camada de obsolescência programada.

O sistema capitalista, que tem como condição inerente a desigualdade e a necessidade de ampliar sua produção no território com sua lógica destrutiva, provoca um alto custo para a reposição dos bens necessários à vida e esses custos são repassados para a reprodução do sistema, que se faz maior. Então, tudo isso faz crescer o custo dos produtos e também a reprodução dos sistemas produtivos, pois o sistema tem que gastar com inovação e tecnologia para a reprodução dos custos crescentes.

Nesse sentido, vê-se que o modo de produção capitalista para sobreviver precisa expandir o “capital” e criar necessidades de demanda substantivas e consistentes. Assim, no estímulo desse consumo e em busca da conseqüente acumulação de riqueza (DUPUY, 1980), utilizam-se processos de inovação e extração de mais-valia do trabalhador, o que proporciona desenvolvimento e ciclos em que entram em crise a renovação e a adequação a suas novas condições de consumo e lucro. O capital, portanto, se localiza no centro do processo entre o consumo que deve ser estimulado, a produção que deve ter seus custos minimizados, inclusive massa salarial, e tendo por objetivo a acumulação. Inova demandando se apropriar de um quinhão maior de retorno financeiro, mas como em geral a produção procura pagar sempre menos proporcionalmente, cedo ou tarde este objetivo deixa de ser atingido, prejudicando o sistema como um todo, assim se desenha uma nova crise cíclica.

É importante ressaltar que é principalmente após a Segunda Guerra Mundial (MÉSZÁROS, 2011) que surge a necessidade de desenvolvimento nos contextos nacionais a partir de fatores socioeconômicos, políticos e organizacionais, no intuito de ampliar sua base produtiva. Os países se diferenciam em sua estrutura produtiva e, portanto, no seu modo de produção industrial e por isso são distintos também seus esforços de P&D, inovação e produtividade.

A partir daí tem-se a década de 1980, que adota uma economia capitalista moderna e internacionalizada, interligando as questões econômicas, sociais e políticas. O capitalismo inicia um novo ciclo em sua produtividade e, nessa ordem, o Estado brasileiro, ao modificar sua estrutura econômica, teve repercussões na estrutura do emprego e a população produtiva começou a ser repensada, um novo tipo de trabalhador, mais qualificado era proposta do Estado-Nação.

Segundo Abreu (1975, p. 135), o final do século XX foi, portanto, palco de “reivindicação por reformas do Estado, tendência que se manifestou não apenas no Brasil, mas está presente, desde o início da década de 1980, nos países da Europa, da Ásia e nos Estados Unidos”. A partir disso, uma redefinição do papel da educação se inicia na ordem política e a reforma no Estado brasileiro se dá enquanto processo de atualização histórica e, a educação é propalada como o vetor de desenvolvimento da nação e o meio de ascensão dos sujeitos. Nesse contexto as políticas públicas educacionais, se fazem presentes na discussão atual.

Conforme Dourado (2001), no Estado de Goiás, pós década de 1980, são criadas iniciativas de políticas de expansão e interiorização do ensino superior, implementadas em decorrência da necessidade de desenvolvimento regional de cidades consideradas pólos econômicos. Avolumam-se, então, os atos de criação de faculdades estaduais, de fundações municipais e de outras instituições de ensino superior no Estado. Tem-se como argumento legítimo dessas políticas o crescimento populacional, com tendência predominante urbana e a expansão da fronteira agrícola, o que aumenta o dinamismo dos setores agropecuário e industrial.

Nesse sentido, o Estado de Goiás vivencia um desenvolvimento econômico e um incremento tecnológico que ocasionam mudanças nas relações de produção e de trabalho. Dourado (2001, p. 63) afirma ainda que,

essas alterações passaram a exigir novos padrões de qualificação para o trabalho, justificando as políticas de expansão e interiorização de serviços. Nesse sentido, destacam-se os serviços educacionais, particularmente a oferta do ensino superior, vista como emblema de modernização e progresso.

A par desse contexto histórico, a economia brasileira acompanha o movimento da economia mundial capitalista e tem tido alternância no decorrer de sua história. Ao esgotar um modelo econômico nesse modo de produção, um novo caminho é estruturado e isso desencadeia mudanças nas instituições e na sociedade. Ao mapear a conjuntura do contexto socioeconômico e político, verifica-se, portanto, a alternância do ensino superior nos diferentes modelos econômicos e o papel da universidade é importante no cenário de crescimento e desenvolvimento regional.

Diante disso, o contexto de liberalização do mercado interno e externo da década de 1990 no Brasil é um momento em que as forças políticas e econômicas adotam posições antagônicas, pois de um lado têm-se os neodesenvolvimentistas na busca de reformas para pensar a continuidade do desenvolvimento do Estado, e de outro lado, os de posição neoliberal que estão de acordo com a agenda do Consenso de Washington de 1989. A forma como o Estado tem utilizado seu poder influencia na economia global de países em desenvolvimento, como o Brasil.

Com isso, o campo educacional recebe influências ao ponto de declarar a partir dos documentos oficiais, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, o acesso à educação a toda população brasileira. Ao Estado interessa ampliar o crescimento de sua economia e ao mesmo tempo atender a legislação – LDB 9.394/96 - que obriga a formação dos profissionais em nível superior e, assim a educação superior precisa ser redefinida e recebe fortes influências na sua função social. Portanto, compreender o papel da universidade como a que contribui com a formação dos profissionais do turismo no Estado de Goiás, constitui tarefa fundamental para esta análise.

Em Goiás, um dos principais desafios para o desenvolvimento regional é a articulação do sistema de inovação com a prática da pesquisa realizada na universidade por

ser relativamente pequena a participação do fomento público à P&D das empresas e está aquém do esforço de inovação. O fato de reverter essa condição atual promoveria a diminuição da disparidade do nível de desenvolvimento científico com os outros estados brasileiros e a melhoria da estruturação de atividades de pesquisa, assim a universidade goiana conseguiria realizar maior interação com o desenvolvimento local e não apenas formação de profissionais.

A política do sistema nacional de inovação é um dos principais desafios para o desenvolvimento do Brasil, e esta preocupação está cada vez mais presente nas medidas adotadas. O que se faz necessário é o aumento dos recursos disponibilizados para inovação, pois a participação do fomento público à P&D das empresas no Brasil é relativamente pequena.

No Brasil, a área de políticas públicas tem tido visibilidade por buscar equacionar e impulsionar o desenvolvimento do país, sendo uma proposta legal formulada pela autoridade governamental expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas (SOUZA, 2007). A elaboração de uma política pública envolve vários atores, com diferentes esferas sociais e uma multiplicidade de instituições. Seus atores possuem conhecimentos e formação que possibilitem aproveitar as oportunidades para influenciar e atingir seus objetivos.

Em relação ao setor de turismo, destaca-se o que está apresentado no Plano Nacional de Turismo, que considera “o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país”. Por isso, pode-se considerar que o estudo aqui proposto encontra nas políticas públicas de turismo uma justificativa para a sua realização, pois tem ocorrido significativo desenvolvimento do Estado decorrente de investimento em diferentes setores como de energia, mineração, ferrovia e agropecuária.

Consideram-se dois dos programas propostos pelo Plano Nacional de Turismo (PNT): o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo, que se refere ao macroprograma “Regionalização do Turismo” e ao macroprograma “Qualificação de equipamentos e serviços turísticos”. Vale destacar que o Plano Nacional de Turismo se compõe de oito macroprogramas, a saber: 1. Planejamento e gestão; 2. Informação e estrutura turística; 3. Logística e Transporte; 4. Regionalização do Turismo; 5. Fomento a iniciativa privada; 6. Infraestrutura pública; 7. Qualificação de equipamentos e serviços turísticos; 8. Promoção e Apoio a comercialização. Cada macroprograma se compõe de diversos programas, totalizando vinte e três.

Para Borges (2008, p. 68), a regionalização do turismo, a partir da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo, visa “estimular as iniciativas públicas e privadas, promover investimentos para os programas e projetos, apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao turismo e qualificar seus serviços”. Destaca-se que o PNT pretende, entre outros fatores, “promover o turismo como fator de desenvolvimento regional [...], investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda” (MTUR, 2007, p. 49).

Embora alguns autores não considerem o turismo como promotor de desenvolvimento devido a fatores “como a concentração dos fluxos turísticos globais; o turismo e seu papel como neocolonizador/criador de laços de dependência; os graves impactos ambientais; a 'qualidade' dos empregos gerados e a alta informalidade” (DELGADO, 2009, p. 34), este estudo o considera como promotor do desenvolvimento pela influência no crescimento de diversos municípios do Estado de Goiás. Além disso, entende

O turismo como um multiplicador do crescimento, sempre acima dos índices médios de crescimento econômico; o turismo é intensivo em mão de obra com impactos positivos na redução da violência no país; o turismo é uma porta de entrada para os jovens com diferentes níveis de qualificação no mercado de trabalho; e o turismo ajuda a fortalecer a identidade do povo e contribui para a paz ao integrar diferentes culturas (MTUR, 2007, p. 17).

Desta forma, o turismo propicia uma mudança social e econômica, gerando oportunidade de trabalho e incentivo a qualificação. Além do PNT, o Plano Estadual de Turismo – PET, elaborado pela Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo), órgão do Governo de Goiás, relacionado à Secretaria de Indústria e Comércio, também será considerado nesta proposta. O PET desenvolve ações que visam o fortalecimento e crescimento do turismo no Estado de Goiás, buscando intensificar sua contribuição para a geração de renda, ampliação do mercado de trabalho e valorização cultural, natural e técnico científico (ESTADO DE GOIÁS, 2007).

### 3 METODOLOGIA

Quanto à metodologia, trata-se de estudo de casos múltiplos, que conforme YIN (2001), pode ser classificado de acordo com o seu conteúdo e objetivo final, ou seja, pode ser um estudo de caso descritivo (relato detalhado de um fenômeno social que envolve sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos), ou um estudo de caso interpretativo (busca-se encontrar padrões nos dados e desenvolver categorias conceituais para ilustrar, confirmar ou se opor as suposições teóricas) e um estudo de caso avaliativo (a geração de dados e informações é obtida de forma cuidadosa, empírica e sistemática, com o objetivo de apreciar o mérito e julgar os resultados e a efetividade de um programa).

É possível dizer que para esse estudo de caso o tipo mais adequado é o que se caracteriza por descritivo, pois considera as instituições que oferecem o Curso Superior de Tecnologia na área de Gestão em Turismo e Hotelaria no Estado de Goiás, que são: Instituto Federal de Goiás, em Goiânia; Universidade Estadual de Goiás, em Pirenópolis e na Cidade de Goiás; e SENAC, em Goiânia, e a descrição e análise do currículo dos cursos e a relação destes com as empresas do setor em regiões turísticas do Estado.

Conforme Yin (2001), inicialmente, como qualquer outro tipo de pesquisa, apresenta seis tipos de fontes de evidência para coleta de dados: documentos; registros em arquivos; entrevistas; observação direta; observação participante; e artefatos físicos. Também destaca três princípios para um bom uso dessas técnicas: utilização de várias fontes de evidência, criação de banco de dados e manutenção de um encadeamento de evidências. A importância do estudo de caso na instituição de ensino superior e no setor de serviços se encontra no contexto da prática real das autoras, o que pode facilitar o relato dos elementos da investigação e, ainda por ser um caso único.

O método qualitativo se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, entre outros elementos. Além disso, as abordagens qualitativas são aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade. E, por fim, a proposta é que se utilize da pesquisa descritiva por objetivar conhecer e interpretar a realidade neste tipo de investigação, pois se interessa descobrir e observar o objeto de estudo procurando descrevê-lo, interpretá-lo e analisá-lo.

A descrição do procedimento metodológico da pesquisa em andamento se deu em primeiro momento na primeira etapa a partir da pesquisa bibliográfica e documental por

serem necessárias para iniciar a caracterização e localização do objeto de estudo (estado da arte) e no segundo momento a elaboração de questões e a seleção dos entrevistados.

#### 4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados parciais desta pesquisa revelam que o papel da universidade (ensino, pesquisa, extensão, consultoria, prestação de serviços e outros) no contexto de reestruturação produtiva e de globalização tem sido transformado por se fazer necessária a formação, capacitação dos trabalhadores, infraestrutura tecnológica e a inovação que promovam o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

A universidade, portanto, além do papel de formar pessoas, trabalhadores, produzir e divulgar conhecimento, compartilhando com a sociedade tem um novo desafio que é a geração e transferência de conhecimento e de tecnologia por meio de interação e pesquisa para os atores econômicos, como empresas-indústrias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local.

As conclusões parciais dessa pesquisa revelam que na história do capitalismo, em diferentes países, a utilização da política tem servido para reduzir e superar o atraso econômico. É possível constatar duas questões fundamentais para o atual desenvolvimento capitalista. A primeira é a de que a empresa é o objeto central, o motor da economia capitalista. A segunda é que a inovação está ligada ao desenvolvimento da empresa; ao produzir inovação, a empresa lança no mercado novas combinações de invenções antigas e se faz de maior concorrência no mercado. É necessário compreender a relação na perspectiva do Sistema de Inovação entre a empresa e a universidade, assumidos por cada país, e as estratégias que promovem o seu desenvolvimento econômico e social. No entanto, o segmento de turismo no Estado de Goiás, que envolve diferentes atividades, ainda tem se mostrado frágil e carente tanto em relação à infraestrutura e qualificação profissional quanto à divulgação e capacidade de atender à comunidade e aos visitantes.

Diante dessa leitura é possível verificar que cada país tem o seu tipo de capitalismo por ter suas trajetórias e necessidades diferenciadas e um comportamento cíclico. Por isso, as instituições adotam o papel de diminuir as incertezas e gerar um comportamento anticíclico, no sentido de tentar controlar o cíclico. É consensual que o crescimento de um país em longo prazo está relacionado a sua capacidade de inovar e o processo de inovação tem risco elevado e a inovação ser um forte componente de bem público, ou seja, o esforço de inovar não é apropriado por completo pela empresa inovadora. Assim, a inovação tem caráter de bem público e beneficia várias empresas, até mesmo aquelas que não fizeram esforços para inovar. É, portanto, o fomento à inovação a opção de um país para buscar seu crescimento de forma sustentável em longo prazo.

#### 5 RECOMENDAÇÕES

Acredita-se que essa investigação seja proveitosa para analisar o contexto do ensino superior e, conseqüentemente, a sua relação para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás a partir da formação dos trabalhadores em turismo. E, na medida em que se elucida o papel da instituição superior na geração do conhecimento, os atores envolvidos repensam suas ações estratégicas, elaboram e implementam as políticas públicas em prol do desenvolvimento local.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), à Universidade Estadual de Goiás e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Doutorado Interinstitucional UEG/UFRJ, em especial, às Professoras Lia Hasenclever, Julia Paranhos e Renata L. La Rovere.

## KNOWLEDGE AND PROFESSIONAL TRAINING IN TOURISM SECTOR IN GOIAS

### **Abstract**

*In this paper, the knowledge creating in the tourism sector in Goiás is the main theme and it considers human development and education as central. Tourism has a national visibility and here we analyze how higher education contributes to the knowledge creating process and how it can be understood as innovation and entrepreneurship capacities in the local firms. So, this study aims to discuss how the education process helps working people in concern to the knowledge creation and in what sense the higher education for the professional of tourism is really aware of the local demands. The theoretical points are based on knowledge economy and also on the innovation system. As a conclusion, we highlight knowledge creation and innovation in the firms as important tasks to local development.*

**Keywords:** *knowledge. Higher education. Technology. tourism.*

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. **Nacionalismo e ação política no Brasil**. Tese (Doutorado) - 1975.

BORGES, L. B. **Programa de Regionalização de turismo – Roteiros do Brasil**: análise interdisciplinar de uma política pública em Goiás. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2008.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, 2000.

CASSIOLATO, J. E. et al. **Perspectivas do investimento na economia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Synergia: UFRJ, IE; Campinas: UNICAMP, IE, 2010.

COGGIOLA, O. América Latina. Integração e desintegração. In: **América Latina e a Globalização**. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Econômica. 2004.

DELGADO, A. K. C. As ações do PRODETUR/NE e as suas implicações para o desenvolvimento da Paraíba com base no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, n. 3, p.32-43, 2009. Disponível em: [www.ivt-rj.net](http://www.ivt-rj.net). Acesso em 07 ago. 2010.

DOURADO, L. F. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1980.

ESTADO DE GOIÁS. Agência Estadual de Turismo (Goiás Turismo). Plano Estadual de Turismo 2007-2010 – Goiás a caminho da inclusão. Goiânia: Goiás Turismo, 2007. Disponível em: [www.goiasturismo.go.gov.br](http://www.goiasturismo.go.gov.br). Acesso em: 14 jul. 2010.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National systems of innovation and “Mode 2” to a Triple helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, v. 29, p. 109-123, 2000.

GIBBONS, M.; LIMOGES, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P.; TROW, M. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. London: Sage Publications Inc., 1994.

KROGH, G.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. **Facilitando a criação de conhecimento: reinventando a empresa com o poder da inovação contínua**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (Org). **Informação e Globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.

LUNDEVALL, B.-Å.; JOHNSON, B.; ANDERSEN, E.; DALUM, B. National systems of production, innovation and competence building. **Research Policy**, v. 31, p. 213-231, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2007.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2010.

MOWERY, D.; SAMPAT, B. Universities in National Innovation Systems. In: FARGERBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R. (Ed.). **The Oxford handbook of innovation**. New York: Oxford University Press, 2005.

NONAKA, I. ; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

ROSENBERG, N.; NELSON, R. American universities and technical advance in industry. **Research policy**, v. 23, 1994.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. IN: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

TAKASAGA, M.; MOLLO, M. L. A economia do Turismo e a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil: o papel do Estado. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, 2008.

VELLOSO, J. P. R. Novo modelo de desenvolvimento: economia do conhecimento. **Cadernos Fórum Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Artigo recebido em 10/10/2011. Aceito para publicação 14/11/2011.